

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:

### Impactos na vida social, educacional e emocional da mãe

**FERNANDA GÓES SANTANA PRATES**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB

**FELIPE DANIEL MAGALHÃES MOITINHO**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB

#### Resumo:

Este trabalho discute a gravidez na adolescência e seus impactos na vida social, educacional e emocional das jovens mães. Assim, aborda as vivências de adolescentes grávidas de 15 a 18 anos, que têm filhos enquanto cursam o ensino médio, com foco nos grupos minoritários. Ademais, traz em seu método, uma abordagem qualitativa, utilizando as cenas do filme "Juno" como disparadoras da discussão, combinadas com dados qualitativos coletados através de artigos acadêmicos e dados estatísticos. Nos resultados, debate o desafio da gestação precoce, com ênfase nas mudanças drásticas na vida desses pais adolescentes e sua influência na evasão escolar, principalmente nas instituições públicas. Apresenta também propostas de curto, médio e longo prazo, envolvendo uma abordagem mais inclusiva e parcerias com a comunidade local. Na conclusão, são delineadas as metas esperadas com o estudo e os limites do mesmo.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Gravidez na Adolescência. Inclusão.

#### Abstract:

This work discusses teenage pregnancy and its impacts on the social, educational, and emotional lives of young mothers. Thus, it addresses the experiences of pregnant teenagers aged 15 to 18, who have children while attending high school, with a focus on minority groups. Additionally, its method uses a qualitative approach, using scenes from the film "Juno" as triggers for discussion, combined with qualitative data collected through academic articles and statistical data. The results discuss the challenge of early pregnancy with an emphasis on the drastic changes in the lives of these teenage parents and their influence on school dropout, especially in public institutions. It also presents short, medium and long-term solutions, involving a more inclusive approach and partnerships with the local community. In the conclusion, the expected goals of the study and its limitations are outlined.

**Keywords:** Basic education. Teenage pregnancy. Inclusion.

#### Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo explorar algumas realidades de meninas adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos, que se tornam mães durante o ensino médio. No contexto desta pesquisa, é essencial compreender a adolescência como uma fase de desenvolvimento crucial. De acordo com Goldenberg *et al.* (2005), a adolescência é marcada pela perda da identidade infantil e pela busca por uma identidade adulta. É um período de grandes oscilações emocionais e transformações físicas. Ou seja, é um período em que a jovem sofre com o luto pelo seu antigo corpo, ao mesmo tempo que anseia um corpo adulto.

Diante disso, o adolescente precisa estabelecer então uma reconexão com o próprio corpo, a fim de se sentir dono dele novamente. Adicionalmente, é crucial que ele explore e experimente seu corpo no contexto do espaço físico e social que o cerca, tendo em vista, que o grupo ao qual pertence exerce uma influência significativa sobre essa jornada de descobertas. Assim, é junto a seus pares que o adolescente pensa sobre o mundo e a vida ao seu redor e, também junto a eles, que reflete e discute acerca da sua saúde, sexualidade, identidade, suas escolhas e futuro (Campos, 2002).

Nessa fase, o psicológico do adolescente está engajado na interação entre emoções, raciocínio e comportamento, contudo, as informações sobre gravidez, prevenção e satisfação sexual não são plenamente compreendidas e integradas em seu dia a dia (Dias; Gomes, 2000). Em outras palavras, embora o adolescente compreenda que o ato sexual, a gravidez e os métodos contraceptivos estão relacionados, esses temas são apresentados de forma distante e descontextualizada para eles, com foco excessivo nos aspectos biológicos. Dissociando assim, a compreensão de que tanto o prazer quanto a prevenção devem estar presentes desde o início de sua vida sexual.

Acresce-se ainda a discussão, o fato de que a adolescência é uma fase do desenvolvimento atual na história da humanidade, sendo experienciada de forma diferente de acordo com o contexto sócio-histórico. De modo que, no início do século passado, em algumas realidades brasileiras, a gravidez na adolescência era considerada um fenômeno natural. Nesse período, em especial para as camadas populares, a maioria das mulheres não frequentava ou abandonava precocemente a escola. Junto a isso, também haviam poucas políticas públicas eficazes de prevenção à gravidez e combate às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Atualmente, segundo estatísticas de gênero do IBGE (2019), as mulheres constituem a maioria discente nas redes de ensino, e, de forma geral, a taxa de evasão escolar é maior entre os homens do que entre as mulheres. Alguns dos motivos que explicam essa transição na esfera escolar são os direitos conquistados pela luta feminista e o individualismo. Assim, de acordo com Machado (2001), há uma corrente de individualismo, que busca se distanciar dos ideais do familismo e que permeia nossa sociedade desde a segunda metade do século XX. Anteriormente, o casamento era considerado a instituição soberana da sociedade, sendo visto como a única forma de realização, principalmente para as mulheres no contexto patriarcal. Contudo, com a influência desses movimentos, as mulheres têm conseguido novos espaços. Porém, permanecem como alguns dos desafios atuais a gestação precoce, com foco nos grupos minoritários, e a evasão escolar.

Segundo Scott (2001, p. 02): “Quando as jovens engravidam, aprontam-se para ouvir uma litania de acusações sobre irresponsabilidade, descuido, desleixo, [...] etc. Parecem ter ofendido uma ordem ideal estabelecida de ‘aguardar o tempo certo’ para ter um filho e para casar [...]”. Devido a esse estigma social, muitas jovens se sentem assustadas e sozinhas quando descobrem a gravidez. Sendo que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seu artigo 4º, deixa evidente que em momentos como esses, elas devem ser resguardadas pela família, poder público e por toda sociedade. Diante dessa situação, o site do Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão do Instituto Unibanco (2023), sinaliza que durante o Ensino Médio, a realidade da evasão escolar se inverte. Isto é, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE - PNAD (2019), sobre o Cenário da Exclusão Escolar do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), é possível observar que há mais meninas de 15 a 17 anos fora das escolas do que meninos da mesma faixa etária. Dentre as adolescentes que evadem, 29,6% são mães e 13,7% não são mães.

O Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece a educação como um direito social garantido a todos os cidadãos. Além disso, mesmo que ainda não seja obrigatória a realização da última etapa do ensino básico, de acordo com o artigo 4º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é dever do Estado a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Sendo a mesma organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. E, conforme o inciso IV deste artigo 4º, o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o acesso a um ambiente escolar é um direito fundamental para as jovens mães. No entanto, a legislação atual é limitada quanto às políticas públicas destinadas a integrar essas jovens mães nas instituições de ensino, o que contribui para a incidência da evasão escolar. Surge, portanto, um conjunto de questões pertinentes: Como podemos garantir que as estruturas escolares acolham adequadamente essas mães? Considerando suas necessidades, como a amamentação e a troca de fraldas, por exemplo. Durante as aulas, seria adequado que o filho permaneça com a mãe ou haja um espaço dedicado a eles? Além disso, como podemos oferecer suporte a essas adolescentes sem que isso seja interpretado como um incentivo a uma vida sexual desprovida de métodos contraceptivos?

A relação calorosa, íntima e contínua entre o bebê e sua mãe ou tutor é essencial para o desenvolvimento positivo da personalidade e saúde mental. Portanto, para que essa condição seja satisfatória, é necessário que a mãe possua maturidade emocional adequada a essa demanda (Bowlby, 1995). Assim, a adolescente deve enfrentar o desafio de desenvolver habilidades que

não são típicas de sua fase e abrir mão de muitas coisas para dedicar seu tempo ao bebê, como por exemplo, a sua vida escolar. Experiência, que pode resultar em níveis elevados de ansiedade e estresse para essa aluna, devido à sobrecarga de responsabilidades.

De acordo com dados do IBGE, na Síntese de Indicadores Sociais (Agência IBGE, 2019): "Na evasão escolar, 11,8% dos jovens mais pobres haviam abandonado a escola sem concluir o ensino médio em 2018. Esse percentual é oito vezes maior do que o dos jovens mais ricos (1,4%)". Diante disso, é evidente que os adolescentes marginalizados têm maior propensão a se afastarem da escola por razões econômicas, uma vez que precisam trabalhar para ajudar no sustento familiar, o que se agrava quando ocorre uma gravidez. O Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão do Instituto Unibanco (2023), ressalta que tais disparidades são provindas de um racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Com isso, os alunos de baixa renda, predominantemente negros, abandonam a escola não apenas pela responsabilidade de sustentar suas famílias, mas também devido às dificuldades em manter uma frequência escolar, frequentemente causadas pela falta de recursos para cobrir despesas básicas como transporte e alimentação.

## Método

Este trabalho é uma evolução de um trabalho originalmente realizado como avaliação parcial na disciplina Psicologia e Necessidades Educacionais Especiais, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Me. Brenda Luara. Ele é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, pois busca compreender profundamente as experiências e percepções das adolescentes grávidas e suas interações com a sociedade. Segundo John Creswell (2013, p.03) “a pesquisa qualitativa é uma abordagem para explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. A metodologia deste estudo envolve a análise cinematográfica do filme “Juno”, de 2007, dirigido por Jason Reitman, e a coleta de dados em literatura acadêmica e dados estatísticos. Essa abordagem visa estabelecer conexões valiosas acerca das representações de meninas adolescentes que entram na fase da maternidade durante o ensino médio. “Juno” oferece um ponto de partida para examinar as complexidades e as diversas experiências vivenciadas por essas jovens mães, abordando questões como a pressão social, as relações familiares, o amadurecimento precoce e as implicações emocionais e psicológicas dessa jornada. Através da análise crítica do filme, utilizando cenas como disparadoras da discussão, combinada com dados qualitativos coletados através de literatura acadêmica e dados

estatísticos, será possível obter reflexões significativas acerca das situações que ocorrem na realidade do contexto brasileiro.

## Resultados e Discussão

A história do filme “Juno” gira em torno da jovem Juno MacGuff, uma adolescente de 16 anos que engravida após a primeira experiência sexual com seu melhor amigo, Paulie Bleeker. Ao longo do filme, o telespectador acompanha de perto todos os desafios e dilemas de uma gravidez experienciados por uma adolescente. O enredo retrata os primeiros sinais da gestação, bem como a tensão emocional que Juno enfrenta ao compartilhar a notícia com sua família e amigos. Após uma jornada repleta de desafios, Juno prossegue com a gravidez, porém escolhe colocar o bebê para adoção, reconhecendo suas próprias limitações e inseguranças.

As incertezas que surgem no período da gravidez são comuns a todas as mulheres, mas quando se trata de uma mãe adolescente, há também muitas questões relacionadas à sua própria identidade. Isso fica evidente quando Juno compartilha sua gravidez com os pais. O pai, surpreso, deixa transparecer sua preocupação, expressando o desejo de que ela tivesse sido mais cuidadosa. Em resposta, Juno, de forma franca, diz: "Não sei que tipo de garota eu sou". Essa troca de palavras ressalta a complexidade de sua identidade e as incertezas que ela enfrenta nesse momento crucial de sua vida. O filme destaca uma rede de apoio sólida que respeita e apoia as escolhas de Juno. O pai de seu filho, permanece ao seu lado durante a gravidez, oferecendo suporte emocional e mostrando-se presente, mesmo que não assuma o papel tradicional de pai, uma vez que eles optam por colocá-lo para adoção.

No entanto, a jornada vivida por algumas jovens contrasta drasticamente com a representação cinematográfica de uma adolescente grávida, revelando uma realidade repleta de nuances e desafios que vão além da tela. Juno conseguiu continuar os estudos e encontrar uma pessoa responsável para adotar seu bebê. No entanto, ao observar um estudo realizado com adolescentes cadastradas em uma Unidade de Saúde no Estado do Pará, no Brasil, é possível notar algumas discrepâncias em relação à realidade. O estudo aponta que 66,67% das entrevistadas interromperam seus estudos para cuidar de seus bebês, 50% delas não receberam orientações sobre contraceptivos e prevenção, e 23,33% dos pais das crianças não ofereceram qualquer tipo de ajuda às mães (Cunha *et al.*, 2020).

O tabu em torno do sexo e a ênfase na decência feminina ainda são uma realidade na sociedade brasileira. Portanto, o medo e a vergonha são os principais sentimentos que uma adolescente grávida sem planejamento enfrenta na fase inicial da gestação. Embora Juno venha

de uma família com ideais mais liberais, sua tensa experiência ao revelar sua gravidez destaca um desafio comum enfrentado por muitas adolescentes. Para aquelas inseridas em ambientes mais conservadores, contar aos pais pode se tornar uma experiência ainda mais angustiante. Porém, mesmo em famílias consideradas liberais, o enfrentamento desse tipo de situação pode ser igualmente desafiador.

No contexto ocidental, a religião está frequentemente associada à preocupação moral em relação ao sexo. Isso leva muitas famílias a evitar diálogos abertos sobre o assunto, confiando nos ensinamentos religiosos como suficientes, ou acreditando que a responsabilidade pela Educação Sexual é exclusiva da escola. Assim, quando as famílias decidem repassar informações sobre Educação Sexual para seus filhos, surge a questão de como esses ensinamentos são transmitidos e muitas delas tendem a reproduzir valores morais e uma visão negativa da sexualidade. Essa educação não crítica acaba resultando em julgamentos de valor em relação ao sexo. Portanto, para suprir essa necessidade, é essencial abordar a Educação Sexual de maneira mais crítica nas escolas (Figueiró, 2020).

O Ministério da Educação (MEC) emite orientações e diretrizes para a inclusão da Educação Sexual no contexto escolar, como o Conselho Nacional de Projetos Especiais (CONAPES) que visa a normatização da Educação Sexual nas escolas. Mas essa visibilidade só foi possível devido a uma demanda específica de combate à AIDS e nem foi colocada em prática de forma efetiva. Em geral, o objetivo dessas ações é fornecer informações sobre saúde sexual, prevenir a gravidez precoce e a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A implementação dessa política educacional não é clara nem padronizada, e algumas escolas podem resistir a abordar tópicos relacionados à sexualidade devido a questões culturais, religiosas ou ideológicas (Cassiavillani; Albrecht, 2022).

Ao observar a realidade das meninas grávidas, um estudo de caso realizado em Novo Hamburgo, sul do Brasil, revela: “situações de evidente exclusão e afastamento da escola, sendo que são sutilmente ‘convidadas’ a permanecerem em casa para ficarem mais ‘protegidas’ ou simplesmente somem do espaço escolar.” (Silva, 2016, p. 87). Essa realidade evidencia a inadequação do currículo escolar em lidar com demandas diferenciadas, como a inclusão de adolescentes grávidas nas atividades rotineiras da escola. É importante ressaltar que a Lei nº 6.202 de 1975 garante atividades domiciliares apenas depois de 8 meses de gestação. Por isso, muitas vezes, a falta de um manejo adequado para integrar essas jovens na dinâmica escolar resulta em justificativas insatisfatórias para o afastamento da aluna em situação de

vulnerabilidade. Além disso, o estudo aponta a falta de compromisso do Conselho Tutelar ao lidar com esses casos:

Quando há um controle e é feito o encaminhamento do abandono escolar da adolescente grávida ao Conselho Tutelar, por meio do preenchimento e encaminhamento da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai), as entrevistadas revelaram que não recebem retorno desse órgão. Em raras ocasiões, há uma visita de algum conselheiro tutelar na escola ou na casa da aluna que evadiu (Silva, 2016, p. 87).

A falta de um núcleo de apoio sólido formado pelo Conselho Tutelar, saúde, família e escola traz muitos prejuízos, pois com essa parceria bem estabelecida, seria possível desempenhar um papel fundamental na proteção e promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Ao trabalharem de forma integrada, essas instituições podem identificar precocemente situações de vulnerabilidade, oferecer apoio adequado e fazer os encaminhamentos necessários, garantindo assim o pleno exercício dos direitos e o bem-estar das crianças e jovens. O município de Viçosa deu um passo significativo no fortalecimento da rede de apoio ao estabelecer uma parceria entre o Conselho Tutelar e a Saúde. Essa iniciativa visa acompanhar de perto os casos em que gestantes não estão realizando os exames de pré-natal de forma adequada (selo UNICEF).

1504

Para mais, diante das demandas apresentadas, e tendo como objetivo oferecer recomendações práticas e baseadas em evidências para políticas públicas, programas de intervenção ou práticas educacionais, que visem apoiar melhor as jovens mães durante o período escolar e na sociedade em geral, aqui estão algumas propostas classificadas como demandas de curto prazo ou urgentes, médio prazo (com previsão de um ou dois anos para início) ou longo prazo (com previsão de mais de 3 anos para início ou sem previsão).

#### 1. Intervenções em curto prazo:

1.1 Oferecer programas de apoio e orientação para os pais de primeira viagem, incentivando-os a assumir um papel ativo na vida dos filhos e a se envolverem na educação e cuidado durante a gravidez e após o nascimento. Essa proposta de intervenção baseia-se na discussão trazida por Bowlby (1995), e já debatida no presente trabalho, acerca da relação entre a mãe e o bebê. Além disso, baseia-se também no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que defende que as jovens mães devem ser resguardadas pela família, poder público e por toda sociedade, ao invés de, conforme aponta Scott (2001), serem estigmatizadas e sofrerem com uma série de acusações.

#### 1.2 Revisão e Adaptação do Currículo Escolar: A Lei 6.202 (1975) em seu art. 1º garante

o direito a exercícios domiciliares a gestante a partir do oitavo mês de gestação que fica assistida por três meses. No entanto, ainda há uma lacuna significativa no que diz respeito à adaptação das atividades da gestante, de 1 a 7 meses, e em relação ao apoio e assistência às mães que retornam à escola ou ao trabalho após a gestação. Além disso, se faz necessário a criação de uma legislação consistente para a regulamentação da Educação Sexual nas Escolas.

1.3 Disponibilizar para as meninas gestantes momentos de escuta e acolhimento com profissionais da psicologia e capacitar outros profissionais de saúde, que atuam no espaço escolar, para oferecer suporte emocional acerca das questões que surgem com a gravidez. Essa proposta de intervenção baseia-se nos dados do PNAD (2019), discutidos no texto, sobre o Cenário da Exclusão Escolar do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tais dados evidenciam que, há maioria de meninas de 15 a 17 anos, fora da escola em relação aos meninos da mesma faixa etária e que dentre as adolescentes que evadem, 29,6% são mães. Além disso, tem como base também o estudo feito Cunha et al. (2020), que identificou que 73,33% das entrevistadas relataram ansiedade e 63,33% mudanças de humor repentina, sentimentos que de acordo com as mesmas, tornaram-se mais frequentes à medida que foi se aproximando o fim da gestação.

1.4 Ofertar, junto a profissionais da assistência social e psicologia, alternativas para os jovens que precisam de uma fonte de renda. Essa proposta de intervenção fundamenta-se nos dados do IBGE, na Síntese de Indicadores Sociais (2019), que apontam que na evasão escolar, o percentual de jovens mais pobres que abandonaram a escola sem concluir o ensino médio, em 2018, superou em oito vezes o dos jovens mais ricos. Situação, que conforme discutido no texto, se agrava com as incertezas diante da chegada de um filho e o racismo vivido por muitos desses jovens.

## 2. Intervenções em médio prazo:

2.1 O estabelecimento de uma rede de apoio entre os serviços de saúde, a escola e a família, garantindo uma comunicação efetiva e o compartilhamento de informações relevantes sobre a saúde e o desenvolvimento das meninas gestantes. O município de Viçosa, como citado anteriormente, deu um passo significativo no fortalecimento da rede de apoio ao estabelecer uma parceria entre o Conselho Tutelar e a Saúde. Essa iniciativa visa acompanhar de perto os casos em que gestantes não estão realizando os exames de pré-natal de forma adequada (selo UNICEF). A criação de uma legislação específica pode intensificar e formalizar essa colaboração entre o Conselho Tutelar, o sistema de saúde e as escolas, abrangendo questões que vão além das fiscalizações de exames.

### 3. Intervenções de Longo Prazo:

3.1 A implementação de recursos educacionais adequados, que abordam a educação sexual de forma adequada para cada idade, como por exemplo: livros, vídeos e jogos. Essa proposta de intervenção baseia-se na discussão proposta por Dias e Gomes (2000), que debatem sobre a compreensão dos jovens acerca da gravidez, prevenção e satisfação sexual e como muitas vezes essas informações não são totalmente compreendidas e integradas em seu dia a dia. Além disso, baseia-se também na discussão proposta por Cassiavillani e Albrecht (2022), que em seu trabalho analisam a legislação e os documentos oficiais brasileiros, acerca da educação sexual em diferentes contextos políticos, ressaltando a importância do tema para diminuição das violências em decorrência de questões relativas a gênero e sexualidade.

Diante disso, evidencia-se que a Educação Pública Brasileira apresenta diversas deficiências. No entanto, conforme apontado pelo Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão do Instituto Unibanco (2023), um maior nível de escolaridade também contribui para benefícios que vão além do econômico, tais como: a redução da criminalidade, melhoria da segurança e da saúde, e especialmente a diminuição dos índices de gravidez na adolescência. Desse modo, é fundamental ressaltar que essa discussão só se torna relevante e eficaz quando a educação sexual é tratada com a seriedade e o comprometimento que merece. Apesar da existência de diversas ações e documentos oficiais, como por exemplo o Brasil sem Homofobia, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação e o Conselho Nacional de Projetos Especiais (CONAPES), a falta de uma política estruturada de Educação Sexual, provinda do Ministério da Educação (MEC), impede a abordagem eficaz de várias demandas (Cassiavillani; Albrecht, 2022). Tal qual a implementação de intervenções direcionadas às adolescentes grávidas nas escolas, uma realidade que não pode ser ignorada.

1506

### Considerações Finais

Diante do exposto, evidencia-se que vários aspectos na relação entre a escola, comunidade e governo precisam ser modificados. Desde mudanças mais simples, que envolvam realizar a adaptação das atividades realizadas na escola, até mudanças mais complexas como ajustes na legislação.

Desse modo, é essencial adotar uma abordagem abrangente sobre a maternidade na adolescência, que inclua não apenas a educação formal, mas também o suporte social e emocional às jovens mães. Para tal, é preciso o fortalecimento da rede de apoio e a garantia de que as mesmas tenham acesso a recursos e serviços necessários. Além disso, é crucial

implementar estratégias eficazes para reduzir a evasão escolar entre as adolescentes que são mães, adaptando as atividades educacionais para atender às suas necessidades específicas. Paralelamente, é necessário revisar e atualizar as políticas educacionais relacionadas à educação sexual, bem como desenvolver e utilizar recursos educacionais adequados para abordar questões relacionadas à sexualidade de forma informativa e inclusiva.

Além disso, o estabelecimento de parcerias estratégicas com o conselho tutelar, serviços de saúde e assistência social mostra-se fundamental para garantir um apoio integrado e abrangente às jovens mães. Ademais, a criação de núcleos de apoio e salas especializadas nas escolas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa e a criação de projetos, que ofereçam apoio psicológico e assistência social, evidenciam-se também como essenciais para o bem-estar das jovens mães e suas famílias.

Assim, acredita-se que, com o acolhimento adequado, as mães e pais terão maiores oportunidades de prosseguir com seus estudos, mesmo diante de todos os desafios que envolvem a criação de um filho. Além disso, os demais estudantes terão uma maior consciência da sua sexualidade e poderão experimentá-la com mais responsabilidade e consciência. Além do que, com o fortalecimento da rede de apoio, haverá uma diminuição do estresse, das incertezas e medos que surgem nessa fase da vida, e que são intensificados pela gravidez. Dessa forma, eles poderão contar com a força, experiência e suporte necessários na comunidade ao seu redor para lidar consigo mesmos e com a chegada dessa nova vida.

Para além das possibilidades apresentadas no presente trabalho é possível perceber também algumas limitações. A falta de diretrizes claras e programas específicos voltados para a Educação Sexual, já citada anteriormente, contribui para a falta de recursos adequados. Além do que, a ausência de uma política estruturada dificulta significativamente a capacidade de proporcionar um ambiente educacional inclusivo e de apoio para adolescentes grávidas, criando uma lacuna na prestação de serviços e na promoção do bem-estar dessas jovens e suas famílias. Por fim, enfatiza-se que mesmo com as adversidades e desafios é fundamental seguir lutando por uma educação que tenha espaço para a diversidade.

## Referências

Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Agência IBGE Notícias**, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em 13 de jun. de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 set. 2015. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Dispõe sobre o estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de Abril de 1975. **Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16202.htm#:~:text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm#:~:text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico). Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 20 de abr. de 2023.

BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMPOS, D.M.S. **Psicologia da Adolescência**: Normalidade e Psicopatologia. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASSIAVILLANI, T.; ALBRECHT, M. P. S. Educação Sexual: Uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4001>. Acesso em: 14 abr. de 2024.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: Abordagens qualitativa, quantitativa e mista. **Sage Publications**, 2013.

CUNHA, A. C. dos S.; BORGES, J. L. F.; RIBEIRO, M. E. S.; SAVINO, B. A. C.; DOMINGUES, G. de P.; BREGA, C. B.; OLIVEIRA, C. H. N. de; BRITO, D. M. da S. Efeitos psicossociais da gravidez na adolescência: um estudo transversal. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 47412–47424, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-395. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13283>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DIAS, A. C. G; GOMES, W. B. Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. **Psicol. Reflex. Crit.** v.13 n.1, p.6- 7-10-17. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. **Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão - Instituto Unibanco**, 2023. Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=Cj0KCQjwwISIBhD6ARIsAESAmP7JBva4oGidFTa0GX2DUXmRONFEIVS\\_TfrwzzOyo6FQ9GdOTDvQxRIaAkvEEALw\\_wcB](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=Cj0KCQjwwISIBhD6ARIsAESAmP7JBva4oGidFTa0GX2DUXmRONFEIVS_TfrwzzOyo6FQ9GdOTDvQxRIaAkvEEALw_wcB). Acesso em 13 de abr. de 2024.

FIGUEIRÓ, M. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3ª edição. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2020. 1 Livro Digital.

GOLDENBERG, P.; FIGUEIREDO, M.C.T.; SILVA, R.S. Gravidez na adolescência, pré-natal e resultados perinatais em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.21 n.4, p.1, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000400010>. Acesso em: 13 abr. 2024.

JUNO. Dirigido por Jason Reitman. Produtor Executivo: John Malkovich; Lianne Halfon; Mason Novick; Russel Smith. EUA: Fox Searchlight Pictures, 2007, 1 disco blu-ray (96 min).

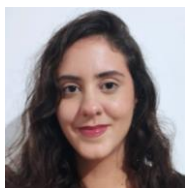
MACHADO, L. Z. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface: Comunic, Saúde, Educ**, v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/icse/v5n8/02.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/icse/v5n8/02.pdf). Acesso em: 20 de abr. de 2023.

Parceria entre a Saúde e o Conselho Tutelar contribui com um pré-natal de qualidade em Viçosa. **Selo UNICEF**. Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/noticias/parceria-entre-saude-e-o-conselho-tutelar-contribui-com-um-pre-natal-de-qualidade-em#:~:text=O%20Selo%20UNICEF-,Parceria%20entre%20a%20Sa%C3%BAde%20e%20o%20Conselho%20Tutelar%20contribui%20com,pleno%20desenvolvimento%20na%201%C2%AA%20Inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 11 mai. 2024.

SCOTT, P. R. Quase adulta, quase velha: por que antecipar as fases do ciclo vital? **Interface**, v. 5, n. 8, p. 61-72, Fev 2001. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/icse/v5n8/05.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

SILVA, D. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. **Revista de Estudos Sociais**, n. 57, p. 78-88, Julho 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/9959>. Acesso em 13 de jun. de 2023.

Autor 1:



Fernanda Góes Santana Prates

Mãe, estudante de graduação apaixonada por Psicologia. Interessada nas complexidades relacionadas ao público infanto-juvenil, diversidade, maternidade e expressões artísticas.

Email: [201820744@uesb.edu.br](mailto:201820744@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8854099006298824>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7834-1691>

Autor 2:



Felipe Daniel Magalhães Moitinho

Estudante de psicologia, amante da arte e da diversidade. Interessado pela educação e suas interlocuções com a escuta ativa, a dialogia, a inclusão e a maternidade.

Email: [202020557@uesb.edu.br](mailto:202020557@uesb.edu.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2014991661465086>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8460-2150>